



VACINA PARA TODOS!

# APÓS MUITA LUTA, BANCÁRIOS E COOPERATIVÁRIOS FINALMENTE SÃO INCLUÍDOS COMO PRIORITÁRIOS NA VACINAÇÃO



*O Ministério da Saúde emitiu informe técnico, na noite de quarta-feira (14/7), oficializando os bancários entre as categorias consideradas prioridades no Plano Nacional de Imunização (PNI) contra a Covid-19.*

*Os trabalhadores das cooperativas de crédito também entram na priori-*

*dade no PNI, pois são trabalhadores do ramo financeiro, confirmam a Contraf-CUT e a Fetec-CN-CUT ao SEEB-RO.*

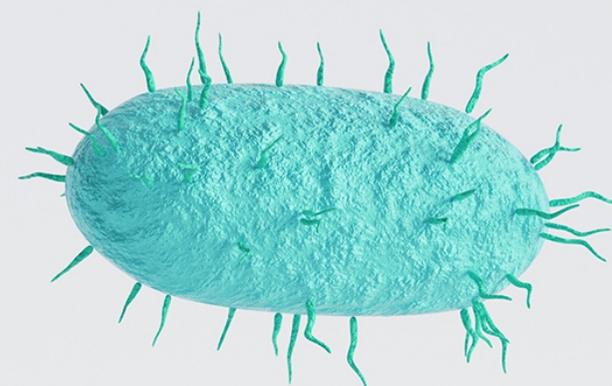
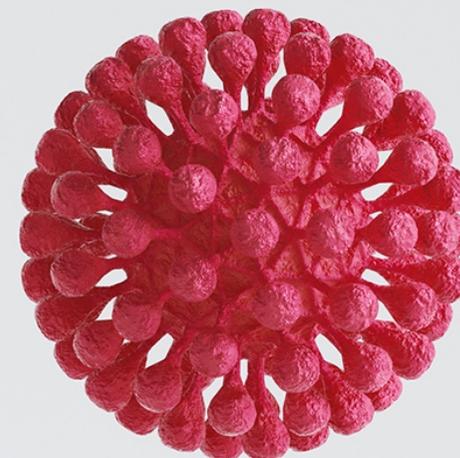
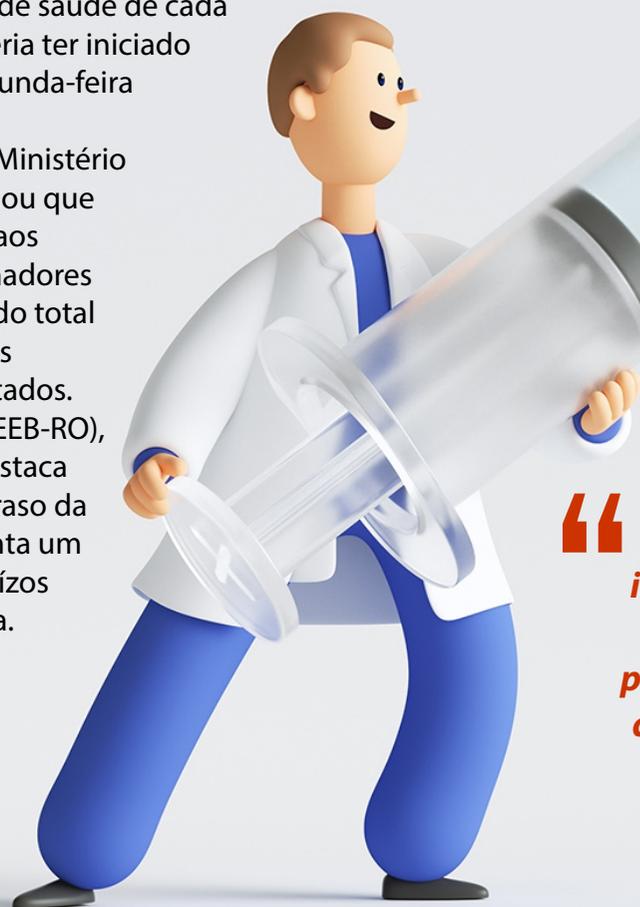
**Saiba mais nesta edição**

# Ministério da Saúde finalmente divulga nota que autoriza vacinação de bancários

Após uma semana desde o anúncio feito pelo ministro Marcelo Queiroga, o Ministério da Saúde finalmente emitiu informe técnico, na noite de quarta-feira (14/7), oficializando os bancários entre as categorias consideradas prioridades no Plano Nacional de Imunização (PNI) contra a Covid-19. O anúncio foi feito pelo ministro no dia 6/7, em reunião virtual com os representantes nacionais dos bancários, e a promessa da publicação do informe técnico era até o final daquela semana, o que aconteceu somente agora.

Os trabalhadores das cooperativas de crédito também entram na prioridade no PNI, pois são trabalhadores do ramo financeiro, confirmam a Contraf-CUT e a Fetec-CN-CUT ao SEEB-RO. Naquela mesma reunião ficou acordado que o Ministério da Saúde receberia as informações da distribuição da categoria pelos estados para a encaminhar as doses de vacina para serem aplicadas nos postos e unidades de saúde de cada local, o que já deveria ter iniciado desde a última segunda-feira (12).

Na nota técnica, o Ministério da Saúde determinou que sejam destinados, aos bancários e trabalhadores dos Correios, 20% do total de doses de vacinas distribuídas aos Estados. A presidente do (SEEB-RO), Ivone Colombo, destaca que cada dia de atraso da vacinação representa um dia a mais de prejuízos para toda categoria.



“**Celebramos que, após tanta luta e por tanto tempo, conseguimos, enfim, a inclusão da categoria bancária como prioritária na vacinação. Mas também precisamos permanecer atentos e cobrando, pressionando, senão as promessas feitas nunca são cumpridas. Cada dia sem a vacina no braço é um dia a mais de medo e insegurança dos trabalhadores nos locais de trabalho, pois somente com a imunização é possível diminuir o risco de infecção e, consequentemente, de mais mortes de colegas**”

*Ivone Colombo, presidenta do SEEB-RO* ”

O Sindicato agora vai intensificar a cobrança da vacina junto às secretarias estadual e municipais de Saúde, para que a nota emitida pelo MS seja devidamente cumprida e que os bancários recebam a vacina e tenham mais tranquilidade para continuar atendendo a população, como fez, sem parar em nenhum momento, desde o início da pandemia no Brasil, em março de 2020.

# Trabalhadores em Rondônia fizeram carreata pela Vacina Já!



Enquanto o Comando Nacional dos Bancários (formado pela Contraf-CUT, Federações e sindicatos) se mobilizava, desde o final de 20-20, para a inclusão da categoria entre as prioridades da vacinação, o SEEB-RO não mediu esforços para assegurar a inclusão dos bancários no PNI e nas campanhas estaduais e municipais de vacinação. Só que além dos bancários, o SEEB-RO também lutou bravamente pelos funcionários de cooperativas de crédito, que respondem por uma significativa parcela de trabalhadores do ramo financeiro que, assim como os bancários, também não pararam de atender ao público em nenhum momento desde o início da pandemia.

“Foram vários os meses em que o Sindicato promoveu atos públicos, carreata, manifestos dentro e fora das agências e cooperativas,

sempre cobrando, seja por documentos oficiais ou por contato pessoal, secretários municipais de saúde, prefeitos, parlamentares das Câmaras Municipais de Vereadores, Assembleia Legislativa do Estado, Câmara Federal e Senado Federal, sem nunca recuar um segundo sequer na luta para salvar vidas e impedir que mais bancários tenham suas vidas abreviadas por esta doença, como, infelizmente, já aconteceu com alguns colegas e pessoas queridas por nós”, destacou José Toscano, diretor administrativo do Sindicato e que, por alguns meses, atuou como presidente em exercício do SEEB-RO.

## CARREATA

No dia 18/6, uma sexta-feira, os bancários promoveram uma carreata pelas principais ruas da região



Central de Porto Velho, com o objetivo de conscientizar não apenas a população, mas principalmente os representantes da classe política rondoniense para a importância da inclusão dos bancários e trabalhadores das cooperativas de crédito no Plano Nacional de Imunização (PNI), bem como nas campanhas estratégicas do Estado e dos municípios de vacinação contra a covid-19.

A carreata começou com a concentração na Praça das Caixas D'Água, no Centro de Porto Velho, e o percurso seguiu pela avenida Farquhar, com pausa em frente aos prédios do CPA (Centro Político-Administrativo) de Rondônia, com uma forte reivindicação direcionada ao governador Marcos Rocha (PSL), aliado do presidente Jair Bolsonaro.

O discurso forte e incisivo dos representantes dos bancários e cooperativários, em frente ao CPA, chamou a atenção de Fernando Máximo, titular da Secretaria Estadual de Saúde (Sesau), que imediatamente entrou em contato com dirigentes do SEEB-RO e convocou para uma reunião em seu gabinete.

No retorno ao Centro, a comitiva parou por alguns minutos em frente ao tradicional Prédio do Relógio, onde atualmente despacha o prefeito da capital, Hildon Chaves (PSDB).

## Bancário que foi acometido pela covid-19, responde à pesquisa sobre as sequelas da doença

O Comando Nacional dos Bancários, em parceria com o Departamento de Neurologia da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de Campinas (FCM/UNICAMP), lançou no dia 7 de julho uma pesquisa sobre as sequelas da Covid-19 na categoria bancária. A pesquisa será respondida por bancários já acometidos pela doença e que, em um questionário online, descreverão sintomas e outros efeitos que tenham permanecido após a cura.

A pesquisa, chamada “Avaliação longitudinal do impacto do SARS-CoV2 no sistema nervoso” busca identificar os efeitos posteriores ao contágio e os impactos de eventuais sequelas no cotidiano do bancário, inclusive no trabalho, com o intuito de alcançar o máximo de bancários, para que se tenham elementos objetivos para futuras negociações com os representantes das direções dos bancos.

A pesquisa será em formato eletrônico, composta por um link para validação do termo de autorização e outro com as questões apresentadas. Ambos devem ser preenchidos cuidadosamente pelos participantes. Para garantir a fidelidade dos dados para análise estatística da UNICAMP, os links serão disponibilizados pelo Sindicato apenas por e-mail ou

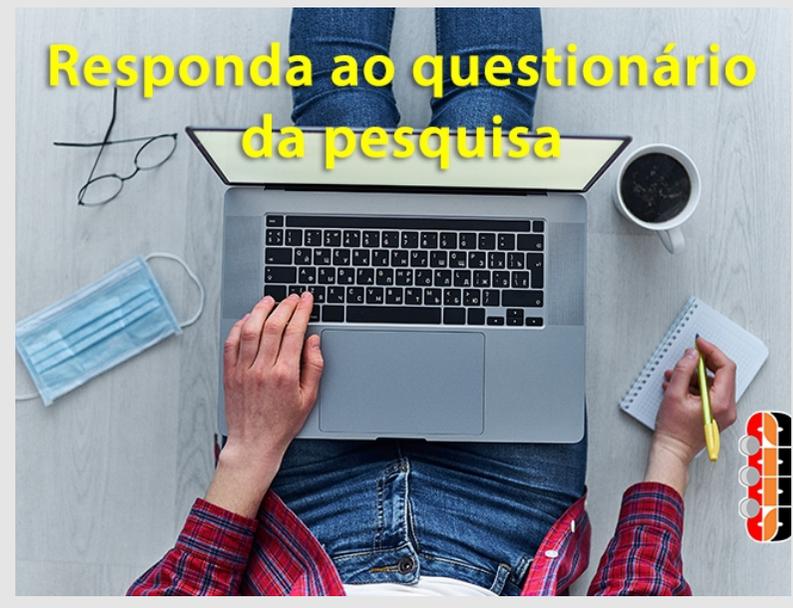
mensagens (privadas) em aplicativos como WhatsApp e Telegram a cada um dos bancários participantes. Os dados fornecidos pelos entrevistados serão todos protegidos.

O bancário que responderá a pesquisa terá a segurança de que informações pessoais serão preservadas. Somente dados totalizados é que serão divulgados. Basicamente serão levantados sintomas tanto na fase mais branda da doença como na mais rigorosa. Bancários que foram acometidos duas vezes pela Covid-19 também terão algumas perguntas para responder.

A pesquisa vai acontecer até o dia 27 de agosto de 2021, quando os dados recebidos serão sistematizados pela equipe técnica da universidade e poderão ser apresentados durante a programação da 23ª Conferência Nacional dos Bancários, nos dias 03 e 04 de setembro de 2021.

“Por isso pedimos que todo bancário ou bancária, que teve covid-19, entrem em contato com o Sindicato, pelos números 3224-5259 (Geral), 98401-3216 (Ivone), 98403-9741 (Ricardo) e 99249-3265 (Secretaria da Presidência), para participar dessa importante pesquisa para a categoria”, destaca Ivone Colombo, presidenta do SEEB-RO.

## Responda ao questionário da pesquisa



## Sindicato consegue anulação de demissão de bancária após pressão junto à administração do Itaú



Uma funcionária do Itaú em Porto Velho, demitida em junho deste ano, mesmo sendo portadora de doença ocupacional (LER/Dort), teve seu desligamento revogado pela administração do banco no dia 6/7, após uma forte representação SEEB-RO. A bancária, com oito anos de dedicação ao banco, foi demitida sem justa causa, mesmo sendo mais uma das inúmeras vítimas de doenças causadas pelos esforços repetitivos no exercício de suas atividades laborais.

Inconformada, ela procurou o Sindicato que, por meio do dirigente José Toscano (que é funcionário do Itaú e exercia o cargo de presidente em exercício), fez a orientação inicial para os procedimentos legais para conseguir anular o desligamento. O Secretário de Saúde do Sindicato, Ricardo Victor, além da abertura de Comuni-

cação de Acidente de Trabalho (CAT), também levou o caso da trabalhadora a conhecimento do departamento jurídico.

“Com esse conjunto de ações, e após muita pressão junto ao Departamento de Relações Sindicais do Itaú, o Sindicato consegue, com celeridade, uma importante vitória nessa batalha permanente de impedir que as instituições financeiras continuem demitindo tantos pais e mães de família, principalmente os trabalhadores que acabam adoecendo de tanto trabalhar, ano após ano, para estas instituições. Vamos, portanto, continuar nossa jornada para inibir essas demissões mais do que injustas, que deixam as pessoas ainda doentes e sem esperança, especialmente num cenário de medo e insegurança com a crise econômica e social pandemia do novo coronavírus”, destacou Toscano.

## Sindicato aciona a Justiça para cobrar a diferença da PLR da Caixa paga a menor

O SEEB-RO impetrou, na semana passada, ação na Justiça do Trabalho para cobrar a diferença dos valores pagos a menor na segunda parcela da PLR

da Caixa, em março deste ano.

O Sindicato se viu obrigado a apelar para a Justiça porque ficou claro o descaso da direção da Caixa aos direitos dos empregados, em não fazer os esclarecimentos necessários sobre o erro no pagamento da PLR, feito com base na divisão linear entre todos os empregados de 3% do lucro líquido, e não de 4%, como determina o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) vigente.

A primeira audiência entre o Sindicato e a representação regional do banco está agendada para o próximo dia 26/7.



# Sindicato convoca trabalhadores de bancos públicos para eleição de Delegado Sindical 2021

Começou neste dia 15 e vai até o dia 31 de julho, a eleição dos Delegados Sindicais (e seus suplentes) dos bancos públicos em Rondônia. O SEEB-RO, portanto, convoca todos os empregados do Banco do Brasil, Banco da Amazônia e Caixa Econômica Federal a participarem do processo eleitoral a ser realizado nos seus locais de trabalho.

O quantitativo de delegados sindicais atenderá ao número determinado de agências de cada banco, como segue:

**CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**  
Todas as agências



**BANCO DA AMAZÔNIA**  
Todas as agências

**BANCO DO BRASIL**  
Somente 10 agências

### O QUE É O DELEGADO SINDICAL?

Os delegados são o elo mais forte entre o local de trabalho e o Sindicato. Colaboram para que os problemas – pequenos ou grandes – as dúvidas, os questionamentos e as propostas apresentadas cheguem de forma ágil à diretoria do Sindicato. Ao mesmo tempo, facilitam para que as decisões, discussões e encaminhamentos aprovados em assembleia, bem como as estratégias traçadas pela diretoria, cheguem mais rapidamente ao conhecimento dos bancários.

O real significado de ser um delegado sindical: ajudar a organizar a luta cotidiana e contribuir para que o sindicato esteja presente no dia a dia de todos os trabalhadores representados.

### É IMPORTANTE ELEGER DELEGADOS SINDICAIS?

Sim. Todos os grandes sindicatos do país e muitos pelo mundo afora são grandes justamente porque estão organizados pela base. O Sindicato é luta direta, no próprio local em que o trabalhador é explorado. E o delegado sindical está lá todos os dias. Portanto, a existência da figura do delegado sindical torna a luta por nossos direitos - e novas conquistas – coordenada pelo Sindicato, mais organizada e forte.

### É DIFÍCIL SER DELEGADO SINDICAL?

Não. Mas é muito sério. É necessária disposição para a luta. O delegado sindical tem obrigações como:

\* Participar de todas as assembleias,  
\* Ir a todas as reuniões de delegados

\* Distribuir e discutir todos os comunicados e jornais do Sindicato

\* Estar sempre atento para ouvir e levar ao Sindicato as propostas e críticas de seu local de trabalho.

\* Participar dos eventos e instâncias sindicais, encaminhar decisões dos fóruns e encontros sindicais;

\* Manter contato permanente com a categoria; discutir e organizar as reivindicações, manifestações, críticas e sugestões para a melhoria das condições de trabalho, encaminhando-as ao Sindicato e aos gestores das respectivas unidades;

\* Ser o responsável pela distribuição de publicações do Sindicato aos trabalhadores.

\* Filiar novos trabalhadores ao Sindicato.

\* Enfim, estar presente e batalhando constantemente no conjunto das campanhas da categoria.

### GARANTIAS

\* É assegurada a estabilidade no emprego durante o exercício do mandato;

\* É irremovível da unidade de trabalho durante o mandato, a menos que seja através de um processo negociado, ou pelo seu próprio interesse.

\* Poderá deixar de comparecer ao trabalho para participar de seminários, congressos, encontros ou outra atividade sindical, através de autorização do gestor e não implicando em custo para a empresa, conforme assegurado em Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria.

\* Poderá promover reuniões com os bancários, segundo acordo prévio com o gestor.



## Justiça condena Caixa a pagar pensionamento a bancária até que ela complete 77 anos, e danos morais de R\$ 30 mil



Os desembargadores da 2ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (TRT 14), em julgamento realizado no dia 7 de junho, condenaram, por unanimidade, a Caixa Econômica Federal a pagar dano material - na forma de pensionamento mensal - a uma bancária portadora de LER/Dort até que ela complete 77 anos de idade e, pagar a ela, também o pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 30 mil.

A decisão foi tomada a partir do momento em que tanto a bancária, quanto a própria Caixa, entraram com recursos contra a sentença proferida em 13 de novembro de 2020 pelo juiz José Roberto da Silva, titular da 2ª Vara do Trabalho de Porto Velho, que decidiu pela condenação do banco em pagar (após o trânsito em julgado), indenização por dano material equivalente a

50% (cinquenta por cento) do valor da remuneração da obreira, por 06 (seis) meses, a ser paga em uma única parcela, sem deságio, com reflexos nas verbas contratuais e rescisórias; Indenização por dano moral no valor de cinco vezes o salário contratual da vítima.

O banco insurgiu-se quanto ao reconhecimento da doença ocupacional, pleiteando o afastamento da indenização por danos materiais e morais. A bancária, por sua vez, buscou a majoração os danos morais; pensão mensal até que complete 77 anos de idade; exclusão da condenação ao pagamento de honorários sucumbências e, subsidiariamente, suspensão da exigibilidade do pagamento dos referidos honorários.

Para o desembargador-relator Carlos Augusto Gomes Lôbo, os próprios sintomas das patologias da

bancária são suficientes para estabelecer o nexo de concausalidade com as atribuições realizadas.

Ao final do julgamento, os magistrados integrantes da 2ª Turma do TRT 14, por unanimidade, negaram provimento ao recurso patronal e deram parcial provimento ao apelo da bancária:

a) Determinar que a condenação de pensão mensal imposta à reclamada, com data inicial o dia 15-10-2020, se efetive até a reversão das moléstias indicadas na perícia, que deverá ser comprovada pela reclamada mediante perícia judicial em ação revisional, ou até a data em que a autora completar 77 anos, conforme pleito inicial.

b) Majorar o valor arbitrado de danos morais para R\$ 30 mil;

c) Excluir da condenação a obrigação da bancária de pagar honorários aos advogados da Caixa.

A ação foi conduzida pela equipe do Escritório Fonseca & Assis Advogados Associados, que presta assessoria jurídica ao SEEB-RO.

Processo  
0000443.32.2020.5.14.0002

## Sindicato debate com deputado os impactos da MP 1052 sobre o Banco da Amazônia

Na manhã do dia 29/6 dirigentes do SEEB-RO se reuniram, de forma virtual, com o deputado federal Mauro Nazif (PSB-RO) para discutir a Medida Provisória 1052, que promove uma série de mudanças nos fundos constitucionais de Financiamento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

"A MP 1052 é um golpe de Bolsonaro e Guedes contra a Amazônia e o Nordeste, pois diminuirá drasticamente o fomento ao desenvolvimento das Regiões. O governo usa do argumento de que com a unificação dos fundos teriam recursos para aplicar nas demais regiões, tirando assim, a exclusividade do recurso destinado ao FNO ser aplicado na região Norte. Administrar um fundo constitucional com excelência, como o BASA vem fazendo, ao mesmo tempo que recebe um impacto

dessa magnitude que traz a MP, fará com que fique inviável a manutenção de agências, manutenção de juros baixos e diversos fatores econômicos e administrativos. Essa MP veio para sucatear a instituição, para depois, subir um ministro no parlamento dizendo que o Banco da Amazônia só dá prejuízo e precisa

ser privatizado. O circo está armado. Não há como aceitar essa medida que é mais um ataque aos bancos públicos no Brasil", esclareceu Ricardo Vitor, secretário geral em exercício do SEEB-RO e funcionário do Banco da Amazônia.

O deputado federal reconheceu a importância do Banco da Amazônia para Rondônia e Região, e assegurou que vai "continuar na luta em defesa do banco e de todo trabalho de desenvolvimento e fomento que ele realiza na região".

Participaram da reunião virtual com o parlamentar federal os dirigentes Ricardo Vitor, Ivone Colombo e José Toscano (pelo SEEB-RO), além do coordenador da Comissão dos Empregados do Banco da Amazônia e secretário geral do SEEB-PA, Sérgio Trindade.



## Bancários promovem ato contra a MP 1052 e em defesa do Banco da Amazônia



A manhã do dia 10/6 foi marcada por atos dos bancários em defesa do Banco da Amazônia e do FNO (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte), ameaçados pela Medida Provisória 1052. As atividades foram em parceria com as Associações dos Empregados do Banco da Amazônia (AEBA) e Sindicatos dos Bancários nos estados onde existem agências do Banco.

Em Rondônia o ato foi realizado em frente à principal agência do Banco da Amazônia, na avenida Sete de Setembro com Salgado Filho, e também na agência da avenida Pinheiro Machado, ambas no Centro de Porto Velho, e contou com a participação dos empregados.

### POR QUE SOMOS CONTRA A MEDIDA PROVISÓRIA 1052?

A Medida Provisória 1052, publicada no Diário Oficial da União em 19 de maio, promove mudanças devastadoras nos fundos constitucionais de desenvolvimento regional do Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO), em especial para a economia da região de atuação destas instituições públicas. As alterações atingem a sustentabilidade não só destes fundos, mas também dos bancos públicos que os administram.

Os fundos foram criados para contribuir com o desenvolvimento destas regiões, reduzir desigualdades e, entre outras coisas, evitar a fuga populacional para locais mais desenvolvidos. Mas as mudanças apresentadas pela MP objetivam reduzir a taxa de administração cobrada pelos bancos e, assim, estas instituições deixam de ter uma importante fonte de recursos para os empréstimos regionais que concedem.

O Banco da Amazônia é quem administra os recursos do FNO. Nele, 85,5% das operações de em-

préstimos são com recursos do FNO, com taxa de 2%, o que gerou uma receita aproximada de R\$ 767 milhões. Com a MP 1052/2021, a taxa de administração passaria para 1% em julho deste ano, e perderia 0,1% a cada ano, até alcançar o patamar de 0,5%, em 2026.

### Na prática, a MP 1052 poderá acarretar:

\* *Fechamento de agências, pois o custo de manutenção é alto, e com o corte na taxa de administração, as agências físicas podem ser as primeiras a sofrerem cortes;*

\* *Crédito mais caro, pois a perda desses recursos poderá fazer com que o Banco encareça o empréstimo a pequenos empresários e produtores, o que nos preocupa muito, afinal, atualmente o custo é relativamente baixo, o que ajuda a acelerar o crescimento dos microempreendedores, além de ser uma fonte de crédito de vital importância para a Região;*

\* *Alteração de prioridades do Banco, que hoje é de fomento ao desenvolvimento da nossa Região, e poderá passar a ser, principalmente, uma corrida pelo lucro na tentativa de garantir a estabilidade financeira.*

*"Reduzir a taxa de administração e aumentar o percentual de risco das operações realizadas com recurso do FNO, é tirar a sustentabilidade da instituição. Esse ataque, através dessa MP, nada mais é do que o início de um processo de desmonte. Não podemos deixar a MP passar, e vamos pressionar os parlamentares para que ela não seja tratada como emenda. Pedimos ainda que os trabalhadores e a sociedade da região Norte participem da consulta pública no site do Senado Federal e vote NÃO. A MP 1052 deve cair", destaca Ricardo Vitor, secretário geral em exercício do SEEB-RO e empregado do Banco da Amazônia.*

## Trabalhadores do Credisis aprovam proposta patronal do ACT 2021/2023

Os funcionários do sistema Credisis aprovaram, por ampla maioria, a proposta patronal para o Acordo Coletivo de Trabalho 2021/2023, que é formada pelos índices de 9,1% de reajuste no tíquete alimentação, e 9% no salário e salário de ingresso. A votação aconteceu das 9 às 18 horas do dia 3/7 pela plataforma Vota Bem, e teve 83,33% dos votos pela aprovação da proposta patronal e 15,38% pela rejeição.

O valor atual do tíquete é de R\$ 1.100,00, portanto, com a proposta patronal de 9,1% aprovada, irá para R\$ R\$ 1.200,00, ou seja, um reajuste de R\$ 100.

A proposta patronal de 9% (aprovada) nos salários representa ganho real de 0,11%, já que a inflação do INPC do período foi de 8,89%.

Todos os índices são retroativos a 1º de junho, data base da categoria.

“É importante destacar que a definição do Acordo Coletivo do Trabalho do ano passado aconteceu somente em janeiro de 2021, com um placar bastante apertado, com diferença de apenas seis votos. Desta vez, contudo, com uma maior participação dos trabalhadores, fechamos o Acordo numa janela bem mais pontual, num tempo muito menor comparado ao último, e o resultado demonstra uma maioria expressiva sobre as rejeições, o que nos assegura ainda mais que a assembleia é absoluta, e o Sindicato, como sempre, acompanha a vontade da maioria”, destaca Antônio Tavares, diretor de Cooperativas do Sindicato.

## Por unanimidade, trabalhadores do Sicoob Fronteiras aprovam proposta patronal para o ACT 2021/23

# PROPOSTA APROVADA!



Os trabalhadores das cooperativas de crédito do Sicoob Fronteiras aprovaram na quinta-feira (15/7), por unanimidade, a proposta dos representantes patronais para o Acordo Coletivo de Trabalho 2021/2023 da categoria. A votação aconteceu no decorrer da assembleia geral realizada pelo SEEB-RO em Cacoal, e que teve a coordenação de Paulo Pereira, diretor daquela Regional.

O índice oferecido pelo sistema foi de 9% de reajuste em todas as cláusulas econômicas do ACT, o que inclui salário, salário de ingresso e tíquete alimentação. Todos os índices são retroativos a junho, data-base da categoria.

“Embora não sejam os índices

almejados pelos trabalhadores, sabemos que a aprovação de 100% dos votantes confirma que eles compreendem que neste cenário de crise social e econômica, agravada pela pandemia do novo coronavírus, este seria o índice máximo possível a ser conquistado neste momento. Por isso celebramos, mais uma vez, a participação dos cooperativários nas decisões da categoria, e esperamos que um cenário melhor, mais tranquilo e sem uma crise tão desesperadora, seja possível no futuro próximo, para que índices melhores e mais justos sejam assegurados aos trabalhadores”, avalia Antônio Tavares, diretor de Cooperativas do Sindicato.

# Reforma tributária pode acabar com vale-refeição e vale-alimentação

A proposta de reforma tributária do governo Bolsonaro pode comprometer direitos conquistados por várias categorias, inclusive a dos bancários. Entre as mudanças apresentadas pelo governo e seu ministro da Economia, Paulo Guedes, está a possibilidade de extinção dos vales refeição e alimentação. Isso porque, pela proposta de reforma tributária, as empresas que concedem esses benefícios deverão deixar de abater a despesa no Imposto de Renda.

A ameaça aos vales refeição e alimentação foi divulgada no dia 14/7 pelo portal UOL. A informação é de que o relator da reforma tributária, deputado federal Celso Sabino (PSDB-PA), encampou a sugestão do governo de acabar com esse benefício fiscal às empresas. Segundo o UOL, o Ministério da Economia calcula que, com essa medida que deve levar inúmeras categorias à perda destes direitos, o governo poderá arrecadar R\$ 1,4 bilhão



em 2022 e R\$ 1,5 bilhão em 2023.

“Temos que impedir mais esse ataque aos nossos direitos. A categoria bancária conquistou o benefício do vale-refeição e do vale-alimentação com muita luta. Esse governo negocia aliviar o imposto sobre dividendos para atender aos mais ricos, para as grandes empresas e, ao mesmo tempo, retira direi-

tos dos trabalhadores”, criticou a presidenta da Contraf-CUT, Juvandia Moreira.

Cerca de 280 mil empresas em todo o país oferecem os benefícios para parte dos 22,3 milhões de trabalhadores. Sem a isenção fiscal, a tendência é que os empresários desistam desses benefícios.

Contraf-CUT

## Empregados fazem abaixo-assinado por manutenção de modelo de custeio sustentável para o Saúde Caixa

A CEE/Caixa e o GT Saúde Caixa lançaram, na noite do dia 13/7, um abaixo-assinado para os empregados e usuários do plano de assistência à saúde expressarem apoio à manutenção de um modelo de custeio economicamente sustentável e financeiramente viável para o Saúde Caixa.

Desde 2017, o Saúde Caixa, concebido com a ideia de custeio de 70% da empresa e 30% do empregado, vem sofrendo ataques, como mudanças no Estatuto da Caixa para limitar o investimento em saúde, tentativas de impor a resolução como a 23 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), entre outras ações dos governos para enfraquecer os planos de autogestão das estatais. Recentemente, representantes da Caixa informaram, em reunião do GT, que a gestão Pedro

Guimarães pretende aplicar a Resolução 23 da CGPAR nas propostas de modelos de custeio do plano. Na prática, significa que 50% dos custos assistenciais e administrativos serão financiados pela empresa e os outros 50%, pelos empregados, alterando o formato atual de 70%/30%.

Projeções realizadas na última negociação coletiva, de 2020, indicam que a aplicação deste limitador irá elevar as mensalidades dos usuários a níveis que seriam impraticáveis para milhares de empregados da ativa e aposentados, tirando-lhes a assistência de um plano de saúde ainda mais neste momento sanitário delicado pelo qual atravessa nosso país.

**DEPUTADOS APROVAM PROJETO QUE SUSTA OS EFEITOS DA CGPAR 23**

A Câmara dos Deputados aprovou no dia 13/7 o Projeto de De-

creto Legislativo 956/18, da deputada Erika Kokay (PT-DF), que suspende os efeitos da Resolução 23 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR). Foram 365 votas favoráveis e 39 contrários. O texto aprovado segue para o Senado.

Contraf-CUT



## Justiça mantém gratificações de caixa no Banco do Brasil



O Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (TRT10) negou, no dia 6/7, provimento ao agravo do Banco do Brasil que queria cassar a liminar obtida pela Contraf-CUT, que impede o banco de extinguir a função de caixa e mantém o direito dos funcionários ao recebimento da gratificação por a exercerem.

“Nesse julgamento, garantimos o direito dos caixas continuarem a receber o valor integral de suas gratificações”, informou a assessora jurídica da Contraf-CUT, Renata Cabral, sócia do escritório Crivelli Advogados. “Manter a função de caixa e o pagamento da respectiva gratificação é o reconhecimento preliminar do Judiciário sobre a ilegalidade cometida pelo banco ao alterar o contrato de trabalho de forma lesiva e unilateral”, completou.

“O banco quis extinguir a função de caixa e deixar de pagar a devida gratificação sem sequer comunicar aos funcionários, nem à sua representação sindical. Quando soubemos, tentamos negociar, inclusive com a mediação do Ministério Público (do Trabalho). Mas, o banco se negou a negociar. Isso não é respeitar os funcionários. Muito menos valorizá-los”, afirmou o coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB), João Fukunaga, se referindo

às declarações do novo presidente do Banco do Brasil, Fausto Ribeiro.

Para Fukunaga, se o banco quer, verdadeiramente, respeitar e valorizar os funcionários, deve negociar com os trabalhadores e, nos autos do processo, dizer que não vai extinguir a função de caixa e tampouco retirar a gratificação destes funcionários. “Além disso, que pare com o processo de reestruturação, que é, na verdade, uma desestruturação, que prejudica os funcionários, os clientes e a sociedade brasileira como um todo”, concluiu o coordenador da CEBB.

### ENTENDA O CASO

No início de 2021, o Banco do Brasil anunciou uma nova reestruturação, com a previsão de fechamento de agências, redução de postos de trabalho e extinção da função de caixa, e, conseqüentemente, da gratificação paga aos escrivães que cumprem a função. A intenção do banco era pagar valores proporcionais ao tempo que cada funcionário exercesse a função. Os escrivães, além de trabalhar no caixa teriam que cumprir, simultaneamente, outras funções.

A representação dos trabalhadores buscou negociar com o banco, mas, sem obter êxito, buscou a intermediação do Ministério Público

do Trabalho. O banco se manteve irredutível.

No dia 18 de fevereiro de 2021, a Contraf-CUT obteve liminar impedindo que o Banco do Brasil extinguísse a função de caixa e deixasse de pagar a gratificação aos escrivães que a recebem para trabalhar como caixa. A extinção de função de caixa faz parte da desestruturação a que o banco está sendo submetido desde meados de 2016.

O banco entrou com mandado de segurança para tentar cassar a liminar obtida pela Contraf-CUT e obter ele uma liminar que o permitisse a extinguir a função de caixa e deixar de pagar a devida gratificação aos funcionários que a exercem. A intenção do banco era pagar a gratificação de maneira intermitente, apenas nos períodos em que a pessoa exercesse a função.

A liminar em mandado de segurança do banco foi negada pela Justiça. O banco entrou com agravo contra esta decisão e ingressou no Tribunal Superior do Trabalho (TST) com pedido de correção parcial da decisão.

O TST já havia julgado como improcedente o pedido de correção e, agora, o TRT10 negou provimento ao agravo do banco.

Contraf-CUT

## Justiça garante telemedicina aos usuários do antigo plano de saúde dos empregados da Caixa

Boa notícia para os empregados da Caixa que permaneceram no Programa de Assistência Médica Supletiva (PAMS). Após ação coletiva ingressada pela Federação Nacional das Associações da Caixa Econômica Federal (Fenae) e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), a 13ª Vara do Trabalho de Brasília determinou que a Caixa garanta o acesso aos serviços de telemedicina aos usuários do plano de saúde anterior ao SaúdeCaixa.

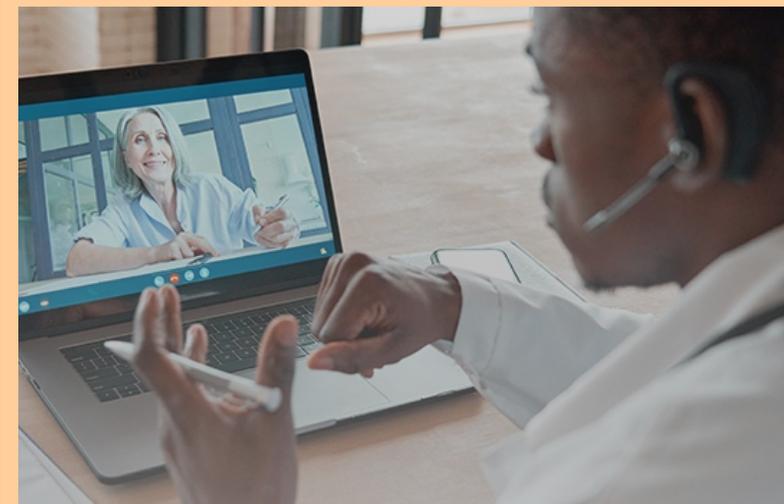
Antes da decisão da juíza, que aconteceu no dia 1º de julho, os serviços de telemedicina estavam disponíveis apenas para os usuários do SaúdeCaixa. A ação ainda aguarda julgamento de recurso; no entanto, de acordo com a decisão da juíza, a Caixa deve garantir tais serviços imediatamente, sob pena de multa.

“Não há nada mais justo. Os usuários do PAMS estavam sendo

discriminados pela Caixa. Justamente na pandemia, os empregados, aposentados e pensionistas precisavam sair de casa para conseguir atendimento”, disse o presidente da Fenae, Sergio Takemoto.

O PAMS era o plano de saúde dos trabalhadores do banco. Mesmo com a extinção do programa, cerca de três mil empregados não migraram para a atual assistência médica da Caixa. Fabiana Uehara Proscholdt, coordenadora da Comissão Executiva de Empregados da Caixa (CEE/Caixa) e secretária da Cultura da Contraf-CUT, também avalia que a medida era discriminatória. “Negar a telemedicina e outros serviços é inaceitável. A Caixa precisa resolver os problemas existentes no PAMS, sem prejudicar quem é usuário deste plano de assistência. Assim, garantir o procedimento foi uma importante vitória, e continuaremos na luta”, afirmou.

Fenae



## Encontro Nacional dos Trabalhadores do Itaú será realizado no dia 5 de agosto

Emprego, Saúde, Remuneração e Previdência. Esses serão os quatro temas do Encontro Nacional dos Trabalhadores do Itaú, que será realizado no dia 5 de agosto, de forma virtual.

“Esse encontro é muito importante, pois os direitos e os empregos dos trabalhadores do Itaú correm sérios riscos. Precisamos nos organizar para a defesa do bancário”, afirmou Jair Alves, coordenador da COE Itaú.

A reunião também fez uma avaliação da campanha nacional contra demissão e valorização dos funcionários do banco #QueVergonhaltaú.

“Até agora nós já conseguimos uma grande mobilização digital, mas queremos envolver mais gente. É importante que todos os sindicatos e federações do país usem nossas artes e postem nas suas redes sociais as hashtag da campanha”, completou Jair.

## Comando Nacional dos Bancários faz nova pesquisa de teletrabalho

O Comando Nacional dos Bancários realiza, entre 18 de junho e 2 de agosto, a segunda pesquisa sobre home office da categoria. As respostas serão compiladas e analisadas pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e os resultados serão apresentados durante a 23ª Conferência Nacional dos Bancários, que será realizada nos dias 3 e 4 de setembro.

“Em julho do ano passado, quando foi realizada a primeira pesquisa, fazia pouco tempo que quase a metade da categoria tinha ido para o home office. Os dados foram fundamentais para entender quais questões deveriam ser levadas para a mesa de negociação e melhorar as condições de trabalho dos bancários em home office. Nesta segunda pesquisa vamos avaliar a evolução da situação desses trabalhadores, verificar se houve aumento dos problemas de saúde após tanto tempo de trabalho em casa, e analisar novos temas, que foram incluídos

na pesquisa. Com os resultados em mãos será possível compará-los para seguirmos subsidiando a ação sindical voltada a este novo segmento que se abriu com a pandemia”, explicou Juvandia Moreira, presidenta da Contraf-CUT e também é coordenadora do Comando Nacional dos Bancários.

### Para responder

Para garantir a apuração de acordo com a composição estatística da categoria em cada base sindical, o link da pesquisa não será divulgado ao público em geral. Será enviado pelo Sindicato apenas aos bancários que estão em trabalho home office, ou que já trabalharam neste formato. Caso algum bancário faça parte deste público e não receba o link, deve entrar em contato com o Sindicato para solicitar o envio pelo meio que preferir (Whatsapp, Telegram, SMS, e-mail e/ou outros).

Contraf-CUT



## Sindicato lança campanha de atualização cadastral e novas filiações com sorteio de prêmios para os participantes

O SEEB-RO iniciou em junho uma campanha de atualização cadastral e novas filiações para bancários e trabalhadores das cooperativas de crédito, com sorteio de valiosos prêmios (uma tevê ultra HD de 75 polegadas, um notebook e uma mountain bike) no dia 17 de dezembro, quando se encerra a campanha. Desta vez o processo para recadastramento e filiação passa a ser totalmente on-line.

### BENEFÍCIOS PARA FILIADOS

O SEEB-RO oferece vários benefícios a seus filiados. Além dos preços especiais das empresas conveniadas, o trabalhador também pode aproveitar todo o conforto e a ótima estrutura do Clube de Campo, de atividades esportivas, culturais e educacionais e, quando necessário, ainda pode contar com uma assessoria jurídica especializada nos direitos trabalhistas. E neste ano o Sindicato oferece aos filiados um **Clube de Vantagens** que tem mais de 1.400 parceiros e 17 mil postos de atendimento, com centenas de lojas físicas e online (cinemas, restaurantes, academias, clínicas de estética e beleza, pet shop's...), além da maior rede de convênios educacionais do Brasil e muito mais.

Baixe o aplicativo (para Android e iOS) para se cadastrar com mais comodidade.

# COMPANHEIRO, NÃO LUTE SOZINHO!

Filie-se ao Sindicato e fortaleça a luta de toda a categoria



SINDICATO DOS BANCÁRIOS E TRABALHADORES DO RAMO FINANCEIRO DO ESTADO DE RONDÔNIA

